



BRAZILIAN STUDIES PROGRAMME

UNIVERSITY OF OXFORD
LATIN AMERICAN CENTRE

**Ainda novidade: uma revisão das transformações do
Partido dos Trabalhadores no Brasil**

Rachel Meneguello

Oswaldo E. do Amaral

Occasional Paper Number
BSP-02-08

Brazilian Studies Programme
Latin American Centre
St Antony's College
Oxford OX2 6JF

Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil¹

Rachel Meneguello
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Oswaldo E. do Amaral
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Occasional Paper Number
BSP-02-08

Abstract

This article reviews some of the innovations brought by the Workers' Party (PT) to the Brazilian party system. The PT won the presidential elections in 2002 and 2006 and became a major player in Brazilian politics. Following the party's success in the last two presidential elections, various scholarly articles sought to explain the transformations within the party over the last 15 years, highlighting its path through moderation and the expansion of its electoral base. This article analyzes the transformations of PT's political proposal and internal organization and also conducts, for the first time, an evaluation of two surveys conducted with PT's delegates in 2006. The authors argue that the PT remains different from the other major Brazilian political parties despite all the changes caused by internal and external pressures during the last years.

Resumo

Este artigo faz uma revisão das inovações introduzidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no sistema partidário brasileiro. O PT elegeu o presidente da República em 2002 e 2006 e consolidou-se, no início desta década, como um dos principais atores da política brasileira. Na esteira do sucesso das eleições presidenciais de 2006, uma série de trabalhos buscou analisar as recentes mudanças no partido, considerado desde a sua formação uma novidade na política brasileira. Este artigo avalia as transformações da proposta política e da organização interna petistas e analisa, pela primeira vez, os dados de duas pesquisas empíricas realizadas junto aos delegados do partido em 2006. Os autores argumentam que as pressões internas e externas sofridas pelo PT ao longo de sua trajetória alteraram a sua conformação original, mas não lhe retiraram a inovação e a diferença.

¹ Este *working paper* é também resultado das atividades de pesquisa desenvolvidas por Oswaldo E. do Amaral junto ao *Brazilian Studies Programme* (BSP) e ao *Latin American Centre* (LAC) da *University of Oxford*, durante o ano de 2008, com auxílio financeiro da Capes.

Introdução

Este artigo resulta da preocupação com as transformações do Partido dos Trabalhadores (PT) nos últimos anos. O PT elegeu e reelegeu o presidente da República em 2002 e 2006, tornou-se uma das maiores bancadas na Câmara Federal, quadruplicou o número de prefeituras conquistadas entre 1996 e 2004, chegando a governar 35% das capitais de estados. Este notável crescimento deu-se atrelado a mudanças no perfil e funcionamento do partido, tal como mostra a discussão recente da literatura em Samuels (2004; 2008), Hunter (2007; 2008) e Palermo (2005).

Decidimos, então, verificar se as transformações do partido lhe retiraram a inovação e a diferença trazidas ao sistema partidário brasileiro em sua origem: a proposta política e a organização interna partidária. Os marcos destas inovações estão analisados à luz da trajetória da esquerda brasileira e da discussão sobre a crise de representação que marcou as últimas décadas. Foi neste terreno que o Partido dos Trabalhadores conseguiu, ao longo dos anos 90, metabolizar no campo da esquerda a relação de congruência entre cidadãos e Estado no nível das estruturas formais do funcionamento democrático, levando para a arena eleitoral o terreno da expressão de demandas e insatisfações de setores da sociedade civil com os processos políticos e sociais. Formado em um cenário de emergência da 'esquerda social' e a partir da confluência de matrizes políticas distintas, o PT organizou uma ampla proposta política de esquerda, que aglutinou diversos atores políticos e sociais e garantiu a participação das bases no seu processo decisório interno.

Fazemos então uma breve revisão de sua proposta política e de organização partidária, e avançamos em uma análise das 'lideranças médias' do partido. Mostramos que as pressões internas e externas sofridas pelo partido ao longo de sua trajetória alteraram sua conformação original, mas não lhe retiraram a inovação e a diferença.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, recuperamos as inovações da proposta política petista, abordando sua gênese e transformações a partir do ingresso da agremiação na dinâmica do sistema partidário brasileiro. Na segunda, apresentamos a construção e o funcionamento de mecanismos deliberativos internos e as formas de distribuição de poder entre os vários grupos e tendências que integram o partido. Na terceira, analisamos o perfil dos delegados petistas e suas percepções sobre o PT, sobretudo os efeitos do exercício do governo federal sobre a organização partidária. Os dados que utilizamos nesta parte foram obtidos a partir de pesquisas realizadas pela Fundação Perseu Abramo no 11º Encontro Nacional (1997), no 2º Congresso (1999) e no 13º Encontro Nacional (2006) e de pesquisa feita pelos autores também no 13º Encontro do partido. A decisão de utilizar os dados de opinião dos delegados do partido reunidos em Encontros e Congressos Nacionais está baseada em aspectos empíricos e teóricos. Os

delegados constituem uma boa mostra daqueles que participam mais intensamente da vida partidária (os ativistas) e os Encontros e Congressos, segundo o estatuto petista, são instâncias por meio das quais os filiados, representados por delegados eleitos, deliberam sobre “o programa, a estratégia, a tática, a política de alianças e as linhas de construção partidária” (PT, 2001, p.30). Embora não seja muito comum encontrarmos estudos com ‘lideranças médias’ na literatura sobre partidos políticos institucionalizados, trabalhos como os de Reif, Cayrol e Niedermayer (1980), Rohrschneider (1994) e Mair (2001) ressaltam a importância de pesquisas deste tipo para análise do posicionamento ideológico e para a compreensão da organização e funcionamento interno dos partidos políticos.

A proposta política e a transição democrática

O Brasil, como vários países da América Latina, teve na experiência da ditadura dos anos 1970 e 1980 um marco determinante na trajetória das organizações de esquerda. Não é o caso aqui de explicitar os caminhos de cada grupo ou organização durante este período, ou ainda, detalhar as formas de intervenção desenvolvidas até seu total desmantelamento pela repressão no período mais fechado do regime militar brasileiro, entre 1969 e 1974. É importante, no entanto, apontar que a geração ‘revolucionária’, inspirada sobretudo na Revolução Cubana e na revalorização da tradição marxista-leninista, não encontrou terreno de expansão e enfrentou como obstáculos a força da repressão dos aparatos do regime militar e, especialmente, a própria incapacidade de pensar o fim da ditadura fora dos parâmetros vanguardistas. Este é o cenário que, ainda durante o regime militar, acolheu a superação das tradicionais formas de ação e organização de esquerda por novos paradigmas de intervenção política apresentados pelos movimentos sociais e pela onda associativista dos anos 80, produzindo o terreno para o surgimento da ‘esquerda social’ (GARCIA, 1986; 1994). Seus vínculos de origem com os movimentos sociais, em especial com o sindicalismo urbano que emergia no final dos anos 70, e o aprendizado de participação e associação levaram esses novos setores a uma visão crítica das esquerdas tradicionais, do instrumentalismo e vanguardismo, marcando uma matriz de distinções importantes: a heterogeneidade ideológica e a priorização da democracia.

O cenário da transição democrática também precisa ser destacado. Já foi apontada em trabalho anterior a singularidade do processo de transição brasileira frente a alguns países da América Latina que, durante os anos 80, também estabeleceram uma agenda de transformação política (MENEGUELLO, 1998b). O paradoxo do regime autoritário brasileiro, dado pela combinação entre a reintegração de procedimentos democráticos e a longevidade do processo de liberalização, foi o vetor que conduziu as mudanças

institucionais e constituiu o espaço possível de diálogo com as forças de oposição (CRUZ & MARTINS, 1983). A convivência entre lógicas políticas conflitantes, como a definição de regras de competição e organização partidária e a violência contra segmentos específicos, delimitou as feições da transição. Assim, a arena institucional eleitoral e a reorganização das forças políticas, resultantes da Reforma Partidária de 1979², constituíram o cenário no qual um número significativo dos setores da 'esquerda social' encontrou a alternativa partidária como abrigo e caminho de organização. Foi neste contexto que surgiu o Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, no rumo das possibilidades legais que o regime militar abria com a Reforma Partidária de 1979. No entanto, as mobilizações para a sua formação ocorreram desde 1978, fortemente associadas aos avanços políticos do 'novo sindicalismo', vertente moderna do movimento sindical, vinculado aos setores de ponta mais avançados da indústria nacional, estabelecidos sobretudo na região do ABCD paulista.

Parte da sua inovação esteve aqui, no processo de fundação do partido, à luz da experiência partidária brasileira. O PT foi produto da transformação da estratégia sindical, deslocando seu âmbito de ação para o sistema político sob a forma de partido, dando formato a duas dinâmicas convergentes: a ampliação do projeto do 'novo sindicalismo' com novos conteúdos reivindicativos, ligados ao universo do trabalho e ao terreno social mais amplo; e a ampliação do quadro partidário como vértice da estruturação da vida democrática no País ainda sob o regime autoritário (MENEGUELLO, 1989). O processo de organização do partido definiu-se pela confluência de sujeitos políticos mobilizados em torno da nova proposta de representação: os sindicalistas, já então liderados por Luis Inácio da Silva (Lula) desde as mobilizações anteriores do movimento sindical; parlamentares ligados à 'tendência popular', ala à esquerda do partido de oposição ao regime, o MDB; organizações de esquerda, especialmente grupos de orientação trotskista, que enxergaram no partido a possibilidade de participação no processo político institucional; e, finalmente, vários segmentos dos movimentos populares urbanos, sobretudo os setores articulados em torno da ala progressista da Igreja Católica, vinculados à Teologia da Libertação (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991).

Outra parte da inovação residiu na proposta política e no modelo de organização interna do partido. A proposta apresentada à cena pública pelo PT não reivindicou filiação a qualquer matriz ideológica específica, inclusive marxista. Produzido pela matriz da 'esquerda social', o PT recusou a vinculação com as vertentes doutrinárias tradicionais, definindo uma proposta socialista imprecisa, que traduzia os múltiplos nexos sociais que havia contraído na sua formação. A presença do movimento operário sindical como

² A partir da Reforma surgiram os seguintes partidos: PDS, PMDB, PT, PDT e PTB.

principal componente social do partido teve clara influência nesta concepção autônoma com relação às orientações da esquerda tradicional.

Em um cenário ideológico mais amplo, a imprecisão socialista do PT traduzia também a crise do socialismo que se colocava no horizonte dos experimentos internacionais. A associação do projeto socialista petista às perspectivas democráticas pode ser explicada, em parte, pela contemporaneidade das experiências do PT e do Sindicato Solidariedade, na Polônia, que emolduraram a reflexão da construção democrática e das estratégias de organização política sob o regime militar (GARCIA, 1990).

A feição classista acompanhou o partido até o fim do regime militar, em 1985. O primeiro experimento eleitoral do partido, em 1982, quando foram escolhidos governadores, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores, foi o momento da mais clara definição da proposta partidária, através da Plataforma Eleitoral Nacional: 'reforma agrária radical, desconcentração da propriedade privada e governo de trabalhadores' (MENEQUELLO, 1989). Um ano mais tarde, o PT buscava aprofundar sua relação orgânica com os setores do sindicalismo, por meio do seu envolvimento na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Contudo, o novo ambiente democrático refletiu-se internamente no partido, definindo formas distintas de concepção de ação política. Surgia aqui a idéia do 'PT-light', formado pelos segmentos menos radicais do partido, com 'menor teor' ideológico, claros adeptos da dinâmica democrática representativa que se estabelecia com a realização das eleições e com a elaboração da nova Constituição. O lado inverso dessa feição partidária estava com os setores radicais, os 'xiitas', assim denominados em uma clara alusão aos fundamentalistas que ocupavam a cena da revolução islâmica do Irã desde 1979. Essa convivência entre setores conflitantes quanto a estratégias e formas de intervenção política passou a marcar a dinâmica interna partidária desde o início do período democrático.

O confronto entre o isolamento político e as imposições da prática parlamentar traduziu essa lógica, observada, por exemplo, na recusa do partido em participar do Colégio Eleitoral que elegeria o presidente Tancredo Neves, em 1985, bem como em subscrever a nova Constituição do País, promulgada em 1988.

O impacto dessa dinâmica pôde ser observado também nas eleições realizadas em 1985, 1986 e 1988. Durante a segunda metade da década de 80, estabeleceram-se as primeiras transformações das bases políticas e programáticas do partido. Em 1986, no 4º Encontro Nacional, a agremiação afirmou a relação indissolúvel entre socialismo e democracia. Um ano mais tarde, no 5º Encontro, o partido rejeitaria os moldes leninistas de partido - único e burocrático. Em 1989, ano da primeira eleição presidencial direta pós-ditadura, consolidando os novos caminhos desenhados a partir de 1986, o partido afirmaria o seguinte, no 6º Encontro Nacional:

No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único (PT, 1998, pp. 400-401).

A participação no 2º turno daquela eleição presidencial levou o partido a definir sua primeira concessão política: como vetor das forças de esquerda, contra Fernando Collor e os partidos conservadores, o PT aglutinou a diversidade partidária e ideológica que a democratização havia produzido no campo da centro-esquerda, compartilhando o palanque eleitoral com setores antes criticados pelo partido. Este foi o caso exemplar de Leonel Brizola, líder do PDT e do antigo trabalhismo da 'Era Vargas', período em que se havia produzido um modelo sindical atrelado ao Estado, contra o qual o 'novo sindicalismo', base de formação do PT, lutara.

“As regras do jogo democrático, conquanto universais e às vezes justas, são implacáveis” (PRZEWORSKI, 1989, p.38). Não parece excessivo lembrar o dilema que as imposições da dinâmica eleitoral apresentaram à social-democracia na primeira metade do século 20, levando à diluição de seu caráter de classe, para apontar os impasses enfrentados pelo PT diante do ingresso no jogo político. Embora a eleição de 1989 tenha produzido um divisor claro do mapa ideológico de forças expressivas no cenário nacional, dando a Lula e ao PT um espaço privilegiado de articulação e representação da esquerda, o ingresso do PT na dinâmica eleitoral como partido de apelo político amplo impôs a definição da política de alianças e de ampliação do leque de setores políticos.

Essa nova direção consolidou-se já no 1º Congresso Nacional do partido, realizado em 1991, que discutiu um 'renovado projeto de socialismo democrático'. As teses majoritárias afirmavam a rejeição da ditadura do proletariado, o colapso do socialismo real e as distinções com a social-democracia, além de definirem uma 'política de acúmulo de forças de longa duração' baseada na articulação das forças democráticas e socialistas (PT, 1998, pp. 481-516).

Durante a década de 90, o partido adotaria uma posição cada vez mais flexível com relação à construção de alianças eleitorais e a formação de frentes para a disputa de pleitos presidenciais. No 9º Encontro Nacional, realizado alguns meses antes das eleições de 1994, o partido definiria como estratégia agregar todas as forças políticas contrárias ao 'projeto neoliberal', estendendo o arco, inclusive, para setores dissidentes das agremiações de centro e centro-esquerda:

A construção do mais amplo leque de aliança partidária que seja possível em torno do programa de governo transformador constitui também eixo central de nossa estratégia.

(...) Unificando desde já, em escala nacional, os partidos que integram o campo democrático-popular no Brasil – PSB, PPS, PC do B, PC, PSTU e área do PV- temos condições, em muitos estados, de ampliar pragmaticamente tal leque, incorporando à Frente setores do PSDB, PDT e PMDB descontentes com as alianças formadas pelas cúpulas de seus partidos, ou os que acompanharão a dinâmica de crescimento da candidatura Lula, respeitando sempre os critérios éticos e políticos, que vedam alianças com os conservadores, com os exploradores e os corruptos (Ibid., pp. 590-591).

Na prática, esta estratégia foi confirmada pela construção da Frente Brasil Popular, composta, além do PT, por PSB, PPS, PC do B, PSTU, PCB e PV, e com Lula como seu candidato às eleições presidenciais.

Quatro anos mais tarde, a estratégia se repetiria e o PT definiria, como mínimo denominador comum para a construção de alianças, a oposição ao governo FHC, ao 'projeto neoliberal' e aos partidos de direita. A determinação petista em ampliar o leque de alianças resultou na construção da Frente União do Povo-Muda Brasil, integrada por PT, PSB, PC do B e, principalmente, PDT, que indicou Leonel Brizola como candidato a vice de Lula. A construção da Frente, no entanto, não ocorreu sem tensões dentro do PT, pois a atração do PDT dependia de um acordo entre os dois partidos em torno da candidatura de Anthony Garotinho (PDT) ao governo do Rio de Janeiro. A lógica da ampliação da coalizão para a disputa nacional prevaleceu e o partido não lançou candidato próprio ao Palácio Guanabara.

Os programas de governo elaborados para as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 também refletem os efeitos da maior inserção petista na dinâmica eleitoral. Em 1998, pela primeira vez, houve participação sistemática de todos os partidos aliados na elaboração do programa. Já a análise das propostas indica uma preocupação cada vez maior da agremiação em ampliar a sua base eleitoral. Entre 1989 e 1998, houve uma acentuada 'desideologização' do programa petista, acompanhada da exaltação da capacidade do partido para resolver problemas concretos da população e governar de forma responsável e com a colaboração de outras forças políticas (AMARAL, 2003).

O sucesso da política econômica implantada por FHC foi definitivo para as duas derrotas do PT e das frentes de esquerda nas eleições de 1994 e 1998³ (MENEGUELLO, 2006). A avaliação equivocada do partido sobre as possibilidades de consumo e bem-estar que o Plano Real e a estabilidade monetária criavam para segmentos significativos da população impediu que o PT adquirisse, no plano nacional, uma capacidade mais ampla de

³ Nas duas eleições, Lula foi derrotado no primeiro turno por Fernando Henrique Cardoso, candidato pelo PSDB.

aglutinação. Já no início de 1999, no entanto, o PT e a frente de oposições ao governo foram beneficiados pela crise internacional que despontava e que se adicionaria ao esgotamento do modelo implantado pela 'Era FHC'.

Este foi o cenário que acolheu a aliança do partido com os setores do empresariado nacional. A perspectiva de uma ação política combinada entre o PT e setores mais amplos da sociedade estava colocada para o partido desde meados dos anos 90, e, em 2001, o partido reconhecia, através de seu presidente, o momento de apresentar um projeto de 'grande potência' para o País⁴. A aliança com os empresários nacionais fundava-se na busca pela rearticulação da economia com o resgate da estabilidade, o fortalecimento do mercado nacional e o combate ao desemprego.

De fato, a 'superampliação' pragmática do leque de forças de oposição foi formalizada em março de 2002, quando o Diretório Nacional autorizou a aproximação do PT a setores do PMDB oponentes ao governo federal, e ao PL, que viria a compor com Lula a chapa para a presidência da República na eleição de outubro daquele ano⁵. Em junho de 2002, o lançamento da Carta ao Povo Brasileiro expressou, em definitivo, a nova face do partido, enfatizando a integração nacional como pilar da mudança, articulando uma 'vasta coalizão' que aglutinava de lideranças populares a setores do empresariado para a confecção de um 'novo contrato social'.

Após três disputas presidenciais, o PT chegava ao governo federal em 2003 com uma proposta transformada e assegurada pela aliança com setores do capital nacional e pelo compromisso da mudança sem ruptura, fruto de 'uma ampla negociação nacional'.

O desafio a Michels

Uma das discussões que marcou a teoria da organização partidária no século 20 e, principalmente, do funcionamento dos partidos de esquerda, concentrou-se nas formas de organização interna e distribuição de poder. O clássico modelo do partido socialista de massas condenou a análise dos partidos à busca de elementos de organização e de funções desconexos dos processos políticos de organização e representação que se desenvolveram neste período (BALDASARRE, 1983).

⁴ Entrevista de José Dirceu, então presidente do PT, publicada na Revista República, em agosto de 2001.

⁵ "O XII Encontro Nacional autorizou a direção nacional a construir, com base em nossa candidatura e nas diretrizes do programa, um arco de alianças que incorpore as forças políticas de oposição a FHC, cabendo ao Diretório Nacional a decisão final sobre o programa, o candidato a vice-presidente da República e as alianças. É neste sentido que o DN, informado das conversações havidas, autoriza o prosseguimento do diálogo com o PL e setores do PMDB que se opõem ao governo FHC " (DN, 2002).

Um novo fôlego foi dado à teoria partidária por meio da superação da unidimensionalidade clássica, considerando a natureza interativa - e não interdependente – das funções governativa e representativa dos partidos políticos (KATZ & MAIR, 1994). Ainda assim, as análises indicam as debilidades da dinâmica do funcionamento interno partidário, com a difícil – senão, impossível - convivência entre grupos, com os deficientes processos deliberativos e participativos internos, indicando a permanência das premissas oligárquicas ‘michelianas’ na vida dos partidos.

O aspecto organizacional continua destacando o PT de forma singular no cenário partidário brasileiro, assim como alimenta o debate sobre os desafios dos partidos frente às determinações de Michels (1982). São dois os pontos apresentados aqui: ‘a organização interna de nível local’ e ‘a distribuição de poder’.

Nesse âmbito, a clara novidade da formação petista residiu em sua adequação do formato e funcionamento ao modelo do partido de massas sistematizado por Duverger, erguidos em meio ao processo de crise generalizada dos partidos (MENEGUELLO, 1989). Sua origem externa, vinculada de forma sólida a bases sociais organizadas; um modelo de funcionamento interno fortemente articulado e centralizado; e a primazia da função de agregação de interesses sobre a função eleitoral eram alguns dos pontos traduzidos na organização estatutária do PT e estabelecidos pela teoria clássica como condicionantes do seu grau de representatividade (DUVERGER, 1980).

Embora a Legislação Partidária de 1979 tivesse estabelecido um modelo formal comum às organizações⁶, o PT introduziu uma inovação fundamental no âmbito da organização de base, pela qual, por meio de canais específicos – os núcleos de base - definiu-se um mecanismo de maior ligação entre instâncias partidárias, implantando a proposta de democracia participativa. Esse mecanismo diferenciou o PT tanto frente à legislação partidária vigente, quanto com relação aos demais partidos do sistema.

Esse desenho institucional interno, que traduz a premissa participativa da organização política, seria uma das marcas centrais do partido⁷ e teve reflexo nas inovações institucionais no âmbito governamental, através da implantação do orçamento participativo, uma das vitrines do ‘modo petista de governar’ nos anos 90.

⁶ A Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) de 1979 estabelecia um modelo mínimo comum de organização e funcionamento de abrangência local (Convenção Municipal, Diretório Municipal e Comissão Executiva Municipal), regional/estadual (Convenção Regional, Diretório Regional e Comissão Executiva Regional) e nacional (Convenção Nacional, Diretório Nacional e Comissão Executiva Nacional), com número definido de membros para cada nível e com funções mínimas básicas.

⁷ No manifesto de fundação, o PT afirmaria o seguinte: “Queremos (...) um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases” (PT, 1998, p.66).

Um dos mais caros e duradouros debates da teoria partidária diz respeito à distribuição de poder dentro dos partidos. A inevitabilidade das oligarquias preconizada por Michels (1982) há quase 100 anos é provavelmente a mais contemporânea das questões, porque traduz os aspectos que diretamente afetam a unidade interna, a representação de grupos e a capacidade de agregação dos partidos.

A composição política do PT em sua origem, com uma base de grupos de esquerda de filiação variada, determinaria uma convivência interna difícil, marcada, sobretudo, pela disputa entre distintas visões de partido e seus objetivos. Entre 1984 e 1993, o PT foi ininterruptamente controlado pela Articulação, grupo criado em 1983 cujo pilar era composto por lideranças sindicais e ‘moderados’ independentes. Neste período, as várias dissensões deram-se em torno da visão não-doutrinária que o grupo dominante impunha ao partido.

Em 1986, no 4º Encontro Nacional e às vésperas da segunda eleição geral legislativa de que participaria, o partido apontava a necessidade de equacionar os ‘problemas de ordem ideológica, política e organizativa’ trazidos pela disputa entre tendências. Um ano mais tarde, no 5º Encontro, o partido produziria uma firme resolução regulando a atuação e a existência das tendências internas. A intensa atuação de grupos trotskistas no partido foi o motivo central da resolução. Vejamos um trecho:

É rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular (PT, 1998, p. 357).

O 5º Encontro seria definitivo para a exclusão de grupos internos, notadamente a Causa Operária e a Convergência Socialista, que seriam expulsos do partido, respectivamente, em 1990 e 1992. Em 1994, a segunda organizaria o PSTU.

Não apresentamos aqui, de forma detalhada, as distinções ideológicas de cada grupo e a composição política de cada disputa para a formação do Diretório Nacional. No entanto, é necessário lembrar que, em 1993, consolidou-se a cisão do grupo Articulação, surgindo a Articulação Unidade na Luta e a Articulação de Esquerda. A nova configuração de forças decorrente da separação fez com que a ‘esquerda’ petista controlasse o partido nos dois anos seguintes.

No 10º Encontro Nacional, a Articulação Unidade na Luta, composta pelo núcleo dirigente da antiga Articulação, retomaria o controle do partido, aliando-se à tendência moderada Democracia Radical, e sendo a base do que ficaria conhecido como Campo Majoritário.

O que marcou as disputas internas no partido nos anos 90 foram as diferentes visões em torno das relações entre democracia e socialismo e entre luta institucional e luta social. A tensão em torno destas questões foi mais perceptível na primeira metade da década. A partir de 1995, com a construção do Campo Majoritário, a visão 'moderada' acabou predominando nas resoluções partidárias, bem como nos programas de governo.

Interessa destacar que na virada da década, apesar da desmobilização natural consequente das derrotas eleitorais, o PT mostraria um surpreendente fôlego organizativo: o partido realizou uma campanha de filiação e recadastramento e iniciou o século 21 com mais de 860 mil filiados e com diretórios em 4.016 municípios do País. Além disso, o novo Estatuto do partido, aprovado em 2001, contemplaria novos mecanismos internos para legitimar a distribuição de poder entre grupos, como a realização do Processo de Eleições Diretas (PED) para a escolha de direções e presidentes do partido em todos os níveis. Este é um processo deliberativo de base, em que participam os filiados que contribuem em dia com o partido.

Na eleição interna de 2001 ficou explícita mais uma vez a difusão de grupos e o domínio dos 'moderados': as seis chapas apresentadas contemplaram 20 tendências e 227 mil filiados compareceram às urnas. Para o Diretório Nacional, o Campo Majoritário obteve 51,6% dos votos válidos e seu candidato à presidente, José Dirceu, foi reeleito, em primeiro turno, com 113.713 votos (55,5%).

Esse processo inédito na dinâmica partidária nacional, embora legitimasse o domínio histórico do grupo Articulação, sugeriu um fôlego de resistência a Michels (1982), fundamental para consolidar a linha política do partido. Entretanto, o distanciamento do núcleo central de lideranças nacionais a partir da vitória nas eleições presidenciais, em 2002, mostraria que esse fôlego não fora suficiente e o partido entraria na sua maior crise de organização, eclodida em 2005, e agravada pelas denúncias de corrupção que atingiram seus dirigentes⁸.

Já ocupando o governo federal, em 2003, a disjuntiva governo/partido definiu as disputas internas. Foi exemplar deste novo período a expulsão dos parlamentares

⁸ Em junho de 2005, o deputado federal pelo PTB, Roberto Jefferson, detonou uma grave crise política envolvendo o PT ao afirmar que importantes dirigentes do partido faziam parte de um esquema de pagamentos a deputados da base aliada para assegurar seu apoio ao governo – o mensalão. A esta denúncia seguiram outras, como a realização de 'caixa dois' pelo partido. Como resultado, importantes figuras do PT e do governo federal foram afastados de seus cargos.

contrários à reforma da previdência realizada pelo governo logo no início da gestão⁹. O PT seria a matriz de mais uma organização de esquerda: o PSOL, claramente marcado pela crítica ao governo federal. Esta não foi a primeira vez que o PT expulsou parlamentares com posicionamentos contrários às diretrizes partidárias¹⁰. Nesta ocasião, no entanto, para além de uma punição disciplinar em defesa do mandato imperativo, tratava-se de garantir a base do governo constituído.

O movimento de adaptação estrutural do partido ao poder de âmbito nacional levou à autonomização das lideranças, isolando o executivo partidário do controle dos corpos de base do PT. O PED de 2005 traduziu os constrangimentos impostos por essa relação. Realizadas na esteira da reorganização imposta pela crise de corrupção que afetou a agremiação, as eleições internas foram marcadas pela crítica de amplos setores do PT à excessiva independência do núcleo dirigente que comandava o partido desde 1995. A tensão na relação governo/partido também emergiu durante o PED e, das dez chapas que concorreram, nove articulavam-se em torno da crítica à política econômica do governo Lula. O rearranjo na distribuição interna de poder resultou na perda por parte do Campo Majoritário da maioria automática de que dispunha, bem como da capacidade de agir sem compor com outras forças políticas internas do PT. No primeiro turno da eleição para o Diretório Nacional, a obtenção de 41,9% dos votos válidos por Ricardo Berzoini, do Campo Majoritário, levou à realização de um acirrado segundo turno com Raul Pont, representante da tendência de 'esquerda' Democracia Socialista. Berzoini foi eleito com 51,6% dos votos válidos, um resultado que demonstrou a clara divisão do partido frente ao seu novo papel no sistema de poder.

Por outro lado, o PED mostrou também que, mesmo depois da crise que abateu o PT em 2005, o partido tinha um significativo vigor de participação de base: nos 1º e 2º turnos do processo eleitoral, respectivamente, 314.692 e 232.701 filiados votaram em 3.650 municípios brasileiros, superando o comparecimento verificado em 2001.

O PT por dentro: o perfil e as percepções dos delegados

Os estudos sobre a organização interna do PT apontam que, no final dos anos 80, o perfil predominantemente classista da primeira formação da Comissão Executiva Nacional, de 1979, havia se transformado em razão da presença de vários outros segmentos que

⁹ Em 2003, foram expulsos a senadora Heloísa Helena e os deputados federais João Batista Araújo, João Fontes e Luciana Genro.

¹⁰ Em 1985, o deputado estadual paulista Marco Aurélio Ribeiro e os deputados federais Airton Soares, Bete Mendes e José Eudes tiveram que deixar o partido pela desobediência à decisão do PT em não participar do Colégio Eleitoral.

aderiram à proposta de criação de um partido de esquerda amplo, como profissionais liberais, funcionários públicos e professores (MENEQUELLO, 1989; NOVAES, 1993; RODRIGUES, 1997; SINGER, 2001). Rodrigues (1997) mostra que a composição de delegados participantes do 1º Congresso Nacional do partido, em 1991, era de trabalhadores assalariados urbanos de classe média (79%) e com escolaridade de nível superior (71%). Esse será o cenário de transformações do perfil partidário nos anos 90 e 2000.

Os dados de pesquisas sobre a composição dos delegados partidários no 11º Encontro de 1997, no 2º Congresso Nacional, em 1999, e no 13º Encontro de 2006¹¹ apontam que os funcionários públicos constituíam o grupo socioocupacional mais numeroso, crescendo de 33% para 57,1% do total de delegados entre 1997 e 2006. Neste mesmo período, a porcentagem de assalariados caiu de 32%, em 1997, para 13,1%, em 2006 (Tabela 1). Para um partido fundado a partir de lutas sociais, estes números representam uma alteração importante no perfil social da liderança petista. Uma possível explicação para o aumento no número de funcionários públicos reside na ampliação do espaço institucional ocupado pelo partido a partir dos anos 90, e uma forte indicação a favor desta hipótese é a ampliação da porcentagem de delegados que ocupavam cargos eletivos ou de confiança nos poderes Executivo e Legislativo de 30%, em 1997, para 39,6% em 2006. No mesmo período, a porcentagem de delegados profissionalizados por movimentos sociais e tendências políticas caiu de 12% para 3% (Tabela 2).

Com relação à escolaridade, o predomínio de delegados com nível superior percorre todo o período estudado. Em 2006, 80,7% chegaram, pelo menos, a frequentar algum curso superior. Em 1997, este índice era de 73% e, em 1999, de 71% (Tabela 1). Ao contrário, quanto à renda individual, o perfil dos delegados se altera. A queda da participação de delegados com renda superior a 20 salários mínimos é nítida, de 28%, em 1997, para 13,4%, em 2006, uma distribuição acompanhada do crescimento do grupo de delegados com renda entre 5 e 10 salários mínimos: de 19%, em 1997, para 33% em 2006 (Tabela 1). O elevado número de funcionários públicos entre os delegados e o aumento real do salário mínimo no período analisado são hipóteses que nos ajudam a compreender a queda na renda individual medida em salários mínimos entre a liderança petista.

¹¹ Os dados sobre o perfil dos delegados provêm de pesquisas realizadas pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em 1997 (11º Encontro), 1999 (2º Congresso) e 2006 (13º Encontro), e de pesquisa realizada pelos autores também no 13º Encontro, ocorrido em São Paulo, em abril de 2006. Os dados sobre opiniões e percepções dos delegados foram obtidos nas pesquisas feitas no 13º Encontro. A pesquisa *Delegados-PT/Fundação Perseu Abramo* foi feita por meio de entrevistas e atingiu 864 dos 1053 delegados (82%) participantes; a pesquisa *Delegados-PT/autores* foi realizada por meio de autopreenchimento de um formulário distribuído a todos os presentes e obteve o retorno de 289 delegados (27,5%).

Sobre os dados demográficos, é importante destacar a alteração na distribuição dos delegados entre as faixas mais altas de idade. As pesquisas apontam mudanças significativas na direção do envelhecimento da liderança petista e sugerem certa dificuldade na renovação dos quadros do partido. Em 1997, 18% dos delegados tinham até 30 anos. Esta porcentagem caiu para 14%, em 1999, e atingiu 11,2% em 2006. Já o percentual de delegados com mais de 40 anos subiu de 32%, em 1997, para 38% dois anos mais tarde, alcançando 59% em 2006 (Tabela 1). Com relação à distribuição por sexo, os dados mostram apenas uma pequena queda no predomínio dos homens na composição da liderança, de 80%, em 1997, para 75,6%, em 2006 (Tabela 1).

Dentre os delegados do 13º Encontro, 22,3% filiaram-se ao partido durante a primeira fase da organização, entre 1978 e 1982, 35%, entre 1983 e 1989, e 19%, entre 1990 e 1994 (Figura 1). Este é um dado significativo, pois indica a importância dos grupos de origem do partido entre as 'lideranças médias'. Mesmo assim, segundo a pesquisa Delegados-PT/FPA, parecia haver certa rotatividade na ocupação das atividades de liderança: em 2006, 46% dos delegados exerciam esta função pela primeira vez e apenas 5,6% compareciam, ao menos, pela décima vez a um encontro ou congresso do PT.

Além disso, a atividade partidária estava presente de forma significativa para mais da metade dos delegados. Os dados da pesquisa Delegados-PT/autores mostram que 52,1% dos delegados dedicavam mais de 40 horas por mês, em média, ao partido, e 62,5% consideravam-se mais ativos na militância partidária do que nos cinco anos anteriores.

A caracterização ideológica não traz surpresas, assim como não traz novidades a distribuição religiosa dos delegados. A autolocalização no *continuum* esquerda-direita dos participantes do 13º Encontro concentrava 65,5% dos delegados à esquerda, 31,7% à centro-esquerda e 2,8% ao centro (Tabela 3). Sobre a caracterização religiosa, os dados mostram a manutenção da maioria católica em todo o período de 1997 a 2006 (Tabela 1). A estreita relação do partido com a Igreja católica progressista, desde a sua formação, explica em grande medida a composição religiosa dos delegados, e parte das referências ideológicas presentes no partido deve ser vista segundo sua influência (KECK, 1991; RODRIGUES, 1997). Havia, porém, um sinal de mudanças: a identidade religiosa que mais cresceu entre a liderança petista foi a dos evangélicos, que passou de 2%, em 1997, para 9,7%, em 2006. Embora seja uma distinção importante na composição social da liderança petista, ela parece refletir, em parte, o crescimento no número de evangélicos em todo o País nos últimos anos.

Tabela 1. Perfil do delegado petista (%)

	1997	1999	2006
Condição de Trabalho¹²			
Funcionários Públicos	33	49	57,1
Assalariados	32	23	13,1
Profissionais Liberais	9	6	7,3
Autônomos	3	2	9,5
Escolaridade¹³			
Nuca estudou	-	-	0,1
1º Grau	5	5	2,2
2º Grau	21	22	16
Superior	62	57	68,1
Mestrado/Doutorado	11	14	12,6
Sem resposta	1	1	1
Renda individual			
Sem renda	2	3	0,5
Até 2 sm	4	3	5,6
2 a 5 sm	14	9	19,1
5 a 10 sm	19	22	33
10 a 20 sm	27	34	26,4
Mais de 20 sm	28	26	13,4
Sem resposta	6	3	2,1
Idade			
Até 25 anos	5	5	4,3
26 a 30 anos	13	9	6,9
31 a 40 anos	46	41	29,5
41 anos ou mais	32	38	59,0
Sem resposta	4	6	0,2
Sexo			
Homens	80	77	75,6
Mulheres	20	23	24,4
Religião			

¹² Os dados relativos a 1997 e 1999 foram obtidos em pesquisas realizadas pela FPA. Os dados relativos a 2006, em pesquisa realizada pelos autores. As categorias retratadas foram as mais citadas em 2006.

¹³ Os dados relativos à escolaridade referem-se aos delegados que chegaram ao menos a freqüentar cada categoria.

Católica	57	59	54,8
Espírita	5	3	4,3
Umbanda	1	-	2,1
Evangélica	2	2	9,7
Não tem	30	31	24,6
Outras	4	3	4,3
Sem resposta	1	2	0,2

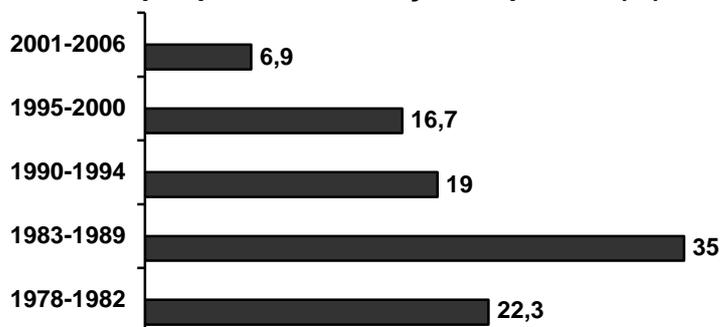
Fonte: Delegados PT/FPA; Delegados PT/autores

Tabela 2. Tipo de profissionalização política (%)

	1997	2006
Não é profissionalizado	47	52,1
Prefeito/governador/vice	-	2,3
Assessor de vereador/deputado/senador/liderança do PT	10	17,7
Funcionário em cargo de confiança de governo petista	8	7
Dirigente profissionalizado do PT	3	3
Funcionário/assessor do PT	1	1,7
Militante profissionalizado por sua tendência política	3	0,3
Militante/dirigente profissionalizado de movimento social	9	2,7
Vereador/deputado/senador	12	12,6
Outras atividades	7	0,5

Fonte: ROMA, 2006; Delegados PT/FPA

Figura 1. Distribuição dos delegados por período de filiação ao partido (%)



Fonte: Delegados-PT/FPA

É a visão e a avaliação do partido pelos seus delegados na fase posterior à vitória para a presidência em 2002 que nos interessa destacar. Se os delegados se autolocalizaram predominantemente à esquerda do espectro ideológico, sua visão sobre o PT e o governo Lula deslocou-se para o centro: 38% dos delegados acreditavam que o PT é um partido de esquerda, enquanto para 50,4%, a agremiação é de centro-esquerda. Já 69,3% consideravam o governo Lula de centro-esquerda, 18,7%, de centro, e apenas 9,2% apontavam o governo como de esquerda (Tabela 3). Estes dados traduzem uma opinião geral dos delegados sobre a transformação do partido no tempo, em que 65,9% afirmaram que 'o PT, desde o seu surgimento, deixou de ser um partido de esquerda e aproximou-se mais do centro'¹⁴. Ainda segundo a pesquisa Delegados-PT/autores, 90,3% dos delegados achavam que o PT mudou sua forma de fazer política nos últimos anos, sendo que, para 54,5% destes, a mudança ocorreu a partir da 'segunda metade' da década de 90, período que coincide com a construção do predomínio dos 'moderados' reunidos em torno do Campo Majoritário. Perguntados sobre as razões que levaram às mudanças, 37,8% apontaram 'a política de alianças implantada pela direção do partido' como uma das principais causas. Já para 33,9%, as mudanças foram necessárias para o partido 'conquistar a presidência da República'.

Tabela 3. Localização no espectro esquerda-direita (%)

	Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita
Autolocalização	65,5	31,7	2,8	-	-
Localização do PT	38	50,4	9,2	2,1	0,4
Localização do Governo Lula	9,2	69,3	18,7	2,5	0,4

Fonte: Delegados-PT/autores

Os delegados, no entanto, mostraram-se bastante divididos sobre a avaliação das mudanças no partido decorrentes da conquista da presidência da República. A pesquisa Delegados-PT/FPA indica que 45,6% dos delegados consideravam que o partido mudou para melhor desde 2002, e 47%, que mudou para pior. Os delegados com maior tempo de filiação foram os mais críticos às mudanças, e a clara divisão das opiniões sugere a dificuldade do processo de adequação do partido à sua nova posição no ambiente

¹⁴ Enunciado da pergunta: Você concorda com a afirmação de que o Partido dos Trabalhadores, desde o seu surgimento, deixou de ser um partido de esquerda e aproximou-se mais do centro? Respostas possíveis: concordo muito, concordo pouco, nem concordo/nem discordo, discordo pouco, discordo muito, não sei (pesquisa Delegados-PT/autores).

institucional. De maneira semelhante, os delegados dividiram-se praticamente ao meio para avaliar os efeitos da conquista do governo federal sobre 'o distanciamento do partido da luta dos trabalhadores, a descaracterização da estratégia e atuação partidárias, a desfiguração do modo de governar, o acirramento da luta interna e a formação de quadros partidários' (Tabela 4).

Tabela 4. Opiniões dos delegados sobre as conseqüências para o PT da conquista do governo federal em 2002 (%)

Perguntas	Concorda	Discorda
O distanciamento do PT da luta dos trabalhadores/ movimentos sociais.	55	44,1
Descaracterização da estratégia política e atuação do PT.	47,3	49,9
Um importante espaço de formação de quadros partidários.	51	47,8
A desfiguração do modo petista de governar por falta de padrão nas ações de suas administrações.	45,8	52,1
O acirramento da luta interna.	49,4	49

Fonte: Delegados-PT/FPA

As percepções sobre a crise que envolveu o partido com denúncias de corrupção em 2005 atingiram as lideranças com intensidades variadas: 65,5% dos delegados do 13º Encontro consideraram a crise muito grave, e, para 57,2%, as mudanças ocorridas no partido, embora verdadeiras, foram insuficientes. Um núcleo significativo de delegados - 14% - considerou um exagero o partido ter perdido dirigentes por causa da crise (Tabela 5). Este dado sugere que as ações tanto para a recomposição interna da organização, quanto de sua imagem externa, encontravam resistências.

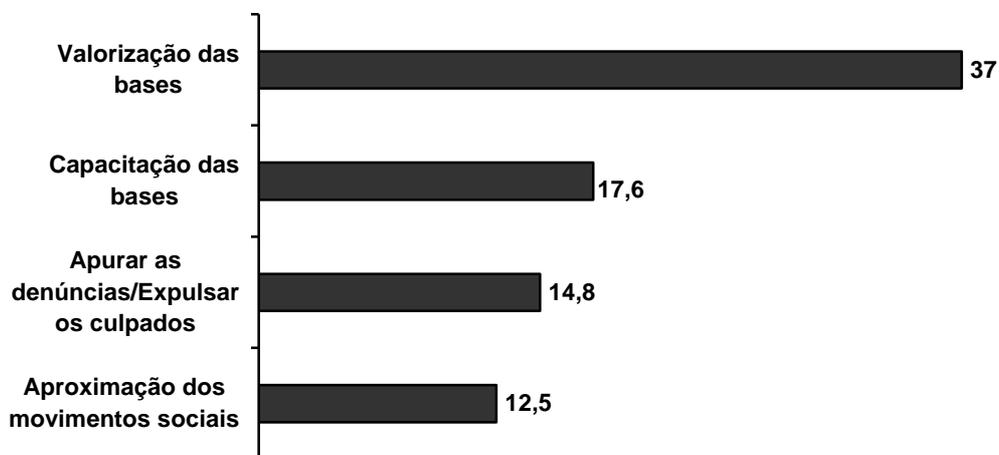
Tabela 5. Opiniões dos delegados sobre as mudanças ocorridas no partido a partir das denúncias de corrupção em 2005 (%)

As mudanças foram verdadeiras, mas insuficientes.	57,2
As mudanças foram adequadas às denúncias.	19,6
Foram exageradas, o PT não deveria ter perdido dirigentes.	14
As mudanças foram só fachada.	7,2
Outras respostas.	1,6
Não sabe.	0,2

Fonte: Delegados-PT/FPA

Ainda segundo a pesquisa Delegados-PT/FPA, os dados indicam que o efeito da conquista do governo federal sobre o espaço interno partidário e a retomada das atividades de organização de base concentravam a preocupação dos delegados. Assim, para 65% dos delegados, uma das conseqüências da conquista da presidência da República foi o 'enfraquecimento do espaço interno' e entre as atividades de organização necessárias para a superação da crise do partido mais mencionadas estavam a 'valorização das bases' e a 'aproximação dos movimentos sociais' (Figura 2).

Figura 2. Atividades de organização partidária necessárias para superar a crise, segundo os delegados (%)



Fonte: Delegados-PT/FPA. O gráfico apresenta apenas as atividades mais citadas.

Mesmo assim, uma proporção alta das 'lideranças médias' mantinham vínculos claros com os movimentos sociais: 72,3% dos delegados do 13º Encontro estavam associados a movimentos ou organizações sociais, sendo que, dentre eles, 76,1% pertenciam à direção e 72,7% à militância de base, o que sugere a existência de bases objetivas para a recuperação dos vínculos de organização.

Conclusões

Os estudos partidários mostram, via de regra, que a crise dos partidos, da representação e da organização de interesses é um fenômeno associado às mudanças da política, à importância declinante das formas tradicionais de mediação institucional, à

individualização das preferências políticas e ao desengajamento cívico (LAWSON & MERKL, 1988; NORRIS, 1999; MAIR & VAN BIEZEN, 2001).

As análises também mostram que o crescente papel do Estado como regulador da vida e funcionamento dos partidos alterou o perfil e a priorização das funções partidárias (KATZ & MAIR, 1994; LAWSON & MERKL, 2007). O cenário que acolhe os partidos políticos brasileiros não é diferente. Os 23 anos de experiência democrática não foram capazes de redimensionar a relação dos cidadãos com a política representativa, produzindo uma crise de representatividade, em um quadro marcado pela ausência de credibilidade nas instituições do País. Além disso, a dinâmica de acesso às instâncias decisórias por meio de eleições apresentou, para os partidos, um conjunto de recursos políticos que remodelaram suas relações internas e externas. A gestão das modernas campanhas eleitorais e a necessidade de construção de alianças políticas e coalizões governamentais são processos que determinaram a 'desideologização' dos partidos, a perda dos vínculos institucionais com movimentos sociais e a profissionalização de suas estruturas.

É neste cenário que, mais uma vez, o PT se destaca. Sua trajetória de mudanças em direção a uma proposta inclusiva de amplas camadas sociais colocou-o na rota de formação de um grande partido de massas, que adequou-se às imposições da democracia de massas e do sistema político, com mudanças que desfiguraram apenas parcialmente seu perfil organizacional.

A tentação em identificar nas mudanças do PT as transformações da social-democracia europeia é grande, mas precisa ser tratada com cuidado. A crescente autonomização das lideranças, a diminuição da importância das bases e a moderação no discurso em busca de maior competitividade eleitoral são algumas das semelhanças. No entanto, o partido, em nenhum momento, encontrou-se diante da necessidade de fazer concessões e rupturas com os referenciais da esquerda marxista, e sempre teve seu projeto socialista associado às perspectivas da democracia. Além disso, o partido teve relativo êxito em manter uma dinâmica de funcionamento e de tomada de decisão com base na convivência entre grupos distintos, sustentada por mecanismos deliberativos participativos. A organização interna em nível local, o envolvimento das lideranças de base na dinâmica partidária e os dispositivos de distribuição de poder, sobretudo o Processo de Eleição Direta, destacam o partido no conjunto das organizações partidárias brasileiras.

Panebianco (2005) dá grande ênfase à origem do partido político e ao 'modelo genético' para entender seu padrão de desenvolvimento. Não temos dúvida que residem no processo de formação do PT as bases explicativas de sua mudança política sem a desfiguração de muitas das características organizativas centrais.

As pressões do ambiente político, no entanto, podem ter consequências severas (HUNTER, 2007; SAMUELS, 2008). A experiência do PT no governo federal mostrou que

as imposições da nova relação contraída com o Estado produziram sério impacto sobre a organização, sobretudo a desvalorização da base partidária frente à autonomização do grupo no governo. No conjunto dos partidos de esquerda europeus, este processo não é novo e veio acompanhado de uma crescente aproximação ao modelo 'profissional-eleitoral', amplamente independente de movimentos de mobilização. As conseqüências foram a redução dos níveis de identidade partidária e a punição, nas urnas, por parte de grupos tradicionalmente ligados a estas agremiações (PATERSON & SLOAM, 2007).

No caso do PT, os dados de opinião dos delegados indicam que está na agenda das lideranças partidárias de base a recuperação do espaço interno do partido e o resgate de vínculos mais fortes com os movimentos sociais. Também apontam que o partido reconhece as pressões exercidas pelo novo ambiente em que está inserido e as tensões organizativas por ele produzidas. Como o partido vai equacionar estas tensões e reagir às novas pressões ambientais é a questão em aberto da qual depende a duração da novidade.

Relação dos partidos citados

SIGLAS PARTIDOS

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde

Referências

AMARAL, Oswaldo E. do. **A estrela não é mais vermelha: As mudanças do programa petista nos anos 90.** São Paulo: Garçon, 2003.

BALDASARRE, Antonio. L'evoluzione dei partiti politici. In: RASCHKE, Joachim (Ed.). **Partiti dell'Europa Occidentale.** Roma: Ed.Riuniti, 1983.

COUTO, Cláudio. **O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CRUZ, Sebastião Velasco e & MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo. Uma incursão na pré-história da abertura. In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & SORJ, Bernardo. (Ed.). **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. **Resolução do Diretório Nacional sobre política de alianças.** 23 mar. 2002. Disponível em:
<http://www.pt.org.br/sitept/index_files/resolucoes.php?codigo=5>. Acesso em: 4 out. 2007.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos.** Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

Entrevista com José Dirceu. **Revista República,** São Paulo, ano 5, n. 58, ago. 2001.

GARCIA, Marco Aurélio (Ed.). **As esquerdas e a democracia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Terceira Via: A social-democracia e o PT. **Teoria & Debate,** São Paulo, n. 12, dez. 1990.

_____. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: DAGNINO, Evelina (Ed.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

HUNTER, Wendy. The Normalization of an Anomaly: The Workers' Party in Brazil. **World Politics,** n. 59, 2007.

_____ The Workers' Party: Still a Party of the Left? In: KINGSTONE, Peter & POWER, Timothy (Ed.). **Democratic Brazil Revisited**. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.

KATZ, Richard & MAIR, Peter (Ed.). **How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies**. London: Sage, 1994.

KECK, Margaret E. **PT: a lógica da diferença**; o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D'Alva. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966/1979)**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____ **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron (Ed.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

KLINGEMANN, Hans-Dieter & FUCHS, Dieter (Ed.). **Citizens and the State**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

LAWSON, Kay & MERKL, Peter (Ed.). **When Parties Fail: Emerging alternative organizations**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

_____ **When Parties Prosper: The Uses of Electoral Success**. Boulder: Lynne Rienner, 2007.

MAIR, Peter. Searching for the position of political actors. In: LAVER, Michael (Ed.). **Estimating the policy position of political actors**. New York: Routledge, 2001.

_____ & VAN BIEZEN, Ingrid. Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000. **Party Politics**, London, v. 7, n. 1, 2001.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____ **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998a.

_____ Cambios e continuidades en la transición democrática brasileña. In: DUTRÉNIT, Silvia (Coord.). **Huellas de las Transiciones Políticas**. Partidos y elecciones en América Latina. México DF: Instituto Mora, 1998b.

_____ Reeleições. Do poder em dose dupla. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, ano 9, n.35, dez. 2006.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UnB, 1982.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: Dilemas da Burocratização. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 35, 1993.

NORRIS, Pippa. (Ed.). **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

PALERMO, Vicente. Brasil. El gobierno de Lula y el PT. **Nueva Sociedad**, n. 192, 2005.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____ **Estatuto**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

PATERSON, William E. & SLOAM, James. European Social Democracy: Failing Successfully. In: LAWSON, Kay & MERKL, Peter. (Ed.). **When Parties Prosper: The Uses of Electoral Success**. Boulder: Lynne Rienner, 2007.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como um fenômeno histórico. In _____.
Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

REIF, Karlheinz; CAYROL, Roland & NIEDERMAYER, Oskar. National Political Parties' Middle Level Elites and European Integration. **European Journal of Political Research**, Amsterdam, n. 8, 1980.

RODRIGUES, Leôncio Martins. PT: a New Actor in Brazilian Politics. In: DEVOTO, Fernando J. & DI TELLA, Torcuato S. (Ed.). **Political Culture, Social Movements and Democratic Transitions in South America in the 20th Century.** Milan: Feltrinelli, 1997.

ROHRSCHEIDER, Robert. How iron is the iron law of oligarchy? **European Journal of Political Research**, Amsterdam, n. 25, 1994.

ROMA, Celso. Organizaciones de partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 44, 2006.

SAMUELS, David. From Socialism to Social Democracy: Party Organization and the Transformation of the Workers' Party in Brazil. **Comparative Political Studies**, Vol. 37, n. 9, 2004.

_____ Brazilian Democracy under Lula and the PT. In: DOMINGUEZ, Jorge & SHIFTER, Michael (Ed.). **Constructing Democratic Governance in Latin America**, forthcoming 2008.

SINGER, André. **O PT.** São Paulo: Publifolha, 2001.